



Balanço Social SAN JULIAN 2017

Associação San Julian, Amigos e Colaboradores
Hospital San Julian

Demonstrações financeiras de acordo com as
práticas contábeis adotadas no Brasil e com IFRS
e Relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2017

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Associados da
ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES
Piraquara – PR – Brasil

• Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

• Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

• Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins comparativos foram examinadas por outros auditores, com parecer emitido em 10 de março de 2017.

• Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

- **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

- **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 24 de abril de 2018.

VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5

Wesley Montechiari Figueira

Sócio - CRC- PR 038.884/O-7 - CNAI 1.222

Ativo	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		3.107.048	3.332.653
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	654.172	1.573.442
Contas a Receber	5	1.474.733	1.482.439
Estoques	6	240.313	206.011
Impostos a Recuperar	7	1.498	-
Despesas Antecipadas	8	8.588	9.567
Outros Créditos	9	727.744	61.194
Não Circulante		650.276	607.449
Investimentos	10	7.162	5.528
Imobilizado	11	625.386	578.732
Intangível	12	17.728	23.189
Total do Ativo		3.757.324	3.940.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Social	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		1.706.570	1.411.037
Contas a Pagar	13	565.992	430.466
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.074.761	932.259
Obrigações Tributárias	15	37.940	29.415
Outras Contas a Pagar	16	27.877	18.897
Patrimônio Social	17	2.050.754	2.529.065
Superávit Acumulado		2.049.554	2.527.865
Jóia Patrimonial		1.200	1.200
Total do Passivo e Patrimônio Social		3.757.324	3.940.102

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	18	12.671.916	12.013.268
Custos totais	19	(12.223.500)	(11.953.004)
Lucro bruto		448.416	60.264
Despesas operacionais	20	(1.031.671)	(920.709)
Despesas Tributárias		(2.388)	(5.441)
Despesas Gerais		(1.029.283)	(915.268)
Outras receitas e despesas operacionais	21	13.464	4.398
Outras Receitas		26.136	12.000
Outras Despesas		(12.672)	(7.602)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(569.791)	(856.047)
Resultado financeiro	22	86.150	222.368
Receitas Financeiras		105.714	231.223
Despesas Financeiras		(19.564)	(8.855)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(483.641)	(633.679)
Déficit do exercício		(483.641)	(633.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Superávit acumulado	Jóia Patrimonial	Déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.159.783	1.200	-	3.160.983
Déficit do exercício	-	-	(633.679)	(633.679)
Absorção do déficit do exercício	(633.679)	-	633.679	-
Ajuste de exercícios anteriores	1.761	-	-	1.761
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.527.865	1.200	-	2.529.065
Déficit do exercício	-	-	(483.641)	(483.641)
Absorção do déficit do exercício	(483.641)	-	483.641	-
Ajuste de exercícios anteriores	5.330	-	-	5.330
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.049.554	1.200	-	2.050.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit ou déficit do exercício	(483.641)	(633.679)
Ajustes		
Depreciação e amortização	91.978	88.112
Ajuste de exercícios anteriores	5.330	1.761
Superávit ou déficit do exercício ajustado	(386.333)	(543.806)
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(1.498)	-
Despesas antecipadas	979	25.805
Contas a Receber	7.707	223.987
Estoques	(34.303)	23.562
Outras contas a receber	(666.553)	(14.898)
Contas a pagar	135.528	21.303
Obrigações sociais e tributárias	151.028	89.278
Outras contas a pagar	8.980	(9.517)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(784.465)	(184.286)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(143.802)	(111.061)
Investimentos	(1.634)	(1.925)
Custo na baixa de imobilizado	10.631	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(134.805)	(112.986)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	(919.270)	(297.271)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.573.442	1.870.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	654.172	1.573.442
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	(919.270)	(297.271)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, Entidade constituída sob a forma de Entidade Privada, inscrita no CNPJ nº 07.070.735/0001-30, com sede na cidade de Piraquara, Paraná. A Entidade possui os seguintes objetos sociais:

- I - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
- II - Serviços de assistência social sem alojamento;
- III - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente;
- IV - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;
- V - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas;
- VI - Atividades de associações de defesa de direitos sociais;
- VII - Atividades associativas não especificadas anteriormente.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasileiras emitidas pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRS's não está disponível no Brasil.

2.1.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2017 que poderiam ter impacto nas demonstrações contábeis da Entidade.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

A administração ainda está avaliando os impactos de eventuais mudanças mencionadas e eventuais diferenças nos saldos contábeis pela adoção das novas normas de modo que sejam reconhecidos, se aplicável, no exercício social posterior a estas demonstrações contábeis, afetando diretamente o patrimônio líquido da Entidade. Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

I - CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”:

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

O CPC 48 (que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil) foi emitido em dezembro de 2016 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

II - CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes”:

O IFRS 15, emitido pelo IASB em maio de 2014, requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens

ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa de recebimento pela Empresa em troca desses bens ou serviços. O CPC 47, o qual foi emitido em dezembro de 2016. Esta norma substituirá o CPC 30 (IAS 18) e o CPC 17 (IAS 11) bem como as interpretações relacionadas (Interpretação A e B – anexos do CPC 30, e ICPC 02 e 11). O pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 utiliza como método para o reconhecimento da receita uma abordagem de cinco etapas, que procura não somente identificar os contratos com clientes, mas também suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Por fim, a abordagem determina que uma entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento.

III - CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil":

A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cujas normas correlatas no Brasil são o CPC 06 (R2)) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Não há novos Pronunciamentos Contábeis do CPC's, ou pronunciamentos IFRS emitidos que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre estas demonstrações contábeis.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Entidade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía Caixa e Equivalentes de Caixa nessa classificação conforme nota explicativa nº 4

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

c) Ativos Mantidos até o Vencimento

São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro", usando o método da taxa de juros efetiva.

d) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía Contas a receber nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

e) Passivos Financeiros não Derivativos

A Entidade não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía fornecedores e outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 13 e 16.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Valor Justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados a valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Entidade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.4.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os demais ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seus "Resultados Financeiros Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Entidade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Entidade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. INVESTIMENTOS

Eventuais investimentos da Entidade em coligadas e controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R2 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora. A Entidade não possuía saldos de investimentos nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 11.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas Operacionais", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Móveis e Utensílios	5 a 10
Máquinas e Equipamentos	5 a 25
Ferramentas	5
Computadores e Impressoras	2
Instalações	10 a 25

2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida conforme pode ser observado na nota explicativa nº 12.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Os valores residuais e a vida útil dos ativos finitos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de impairment.

2.9. FORNECEDORES

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade, conforme descrição a seguir:

a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Entidade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Entidade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Entidade, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

3.3. RISCO DE MERCADO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Entidade não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Entidade pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Entidade não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixas	3.907	3.375
Banco conta movimento	12.741	2.855
Aplicações financeiras de liquidez imediata	637.524	1.567.212
Total	654.172	1.573.442

5. CONTAS A RECEBER

A composição de contas a receber está demonstrada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Outras contas a receber	1.000	1.000
Convênio SUS/SESA a receber (i)	1.473.733	1.481.439
Total	1.474.733	1.482.439

(i) (A Entidade mantém sua operação exclusivamente a rede pública através do SUS/SESA, que são os órgãos que realizam o repasse dos valores sobre os atendimentos por ela realizados. As compensações destes repasses são realizados em até trinta dias após a apuração dos atendimentos realizados e desta forma não são realizados adiantamentos.

6. ESTOQUE

A composição do estoque está demonstrada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Estoque doação (i)	31.806	31.238
Estoque para consumo (ii)	81.596	106.481
Estoque med. e materiais hospitalares(iii)	126.911	68.292
Total	240.313	206.011

(i) Estoque de doação consiste em alimentos e bens para consumo, como é o caso de roupas ou itens de cama, mesa e banho, sendo que somente são reconhecidos no estoque aqueles itens que chegam com NF onde é possível realizar o reconhecimento do custo destes itens, permitindo também a baixa destes do sistema conforme acontece o seu consumo.

(ii) Estoque para consumo consiste em alimentos e bens para consumo que são adquiridos pela própria Entidade, sendo que somente são realizadas compras mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo.

(iii) Estoque de medicamentos e materiais hospitalares consistem em medicamentos e materiais necessários de uso hospitalar para a realização do tratamento imposto a cada paciente ou demais procedimentos médicos que se façam necessários, sendo que as compras destes itens somente são realizadas mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreendem valores de INSS os quais foram recolhidos a maior referente ao período de março/17, os quais foram convertidos em saldos a serem compensados durante os períodos seguintes por meio de PERD/COMP ou de compensação conforme Lei nº 11.941, de 2009 no valor de R\$ 1.498 em dezembro de 2017.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

A composição de despesas antecipadas compreende em prêmios de seguros veiculares e patrimoniais que a Entidade mantém para garantir a continuidade de sua operação em caso de algum sinistro. Os valores de seguros a apropriar consistem em R\$ 8.588 e 9.567 para dezembro de 2017 e 2016 respectivamente.

9. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos está demonstrada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamento a funcionários	61.476	41.159
Adiantamento fornecedores diversos	14.000	20.035
Obra Hospital de Neuro Psiquiatria (i)	652.268	-
Total	727.744	61.194

(i) Este valor refere-se a uma obra de ampliação das instalações do Hospital, onde está sendo criado uma nova ala que será destinada aos adolescentes em internamentos futuros. A Entidade vem administrando esta obra com a compra de materiais e o pagamento de mão de obra, porém todo o valor gasto para a realização desta obra será deduzido do aluguel que a Entidade paga ao Hospital de Neuro Psiquiatria.

10. INVESTIMENTOS

A composição de investimentos está demonstrada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Quotas de capital Banco Si credi	2.163	1.706
Quotas de capital Banco Greencred	4.999	3.822
Total	7.162	5.528

11. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

			31.12.2017	31.12.2016
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10% a 20%	296.537	(154.224)	142.313
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	412.071	(104.579)	307.492
Ferramentas	20%	12.768	(4.748)	8.020
Computadores e periféricos	50%	143.342	(61.686)	81.656
Instalações	4% a 10%	373.166	(287.261)	85.905
Total		1.237.884	(612.498)	625.386

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2017
Custo	1.119.246	143.803	(25.163)	-	1.237.886
Móveis e utensílios	275.487	27.728	(8.878)	-	296.539
Máquinas e equipamentos	377.134	40.588	(5.650)	-	412.070
Ferramentas	8.967	3.802	-	-	12.769
Computadores e periféricos	108.299	45.312	(8.289)	-	143.342
Instalações	351.359	28.375	(4.588)	-	373.168
Depreciação	(540.514)	(86.517)	14.531	-	(612.500)
(-) Móveis e utensílios	(132.248)	(25.181)	3.185	-	(154.224)
(-) Máquinas e equipamentos	(77.340)	(30.007)	2.788	-	(104.579)
(-) Ferramentas	(3.793)	(955)	-	-	(4.748)
(-) Computadores e periféricos	(48.473)	(20.379)	7.164	-	(61.688)
(-) Instalações	(278.680)	(10.015)	1.414	-	(287.281)
Saldo líquido	578.732	57.286	(10.632)	-	625.386

12. INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

			31.12.2017	31.12.2016
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Software	20%	27.305	(9.577)	17.728
Total		27.305	(9.577)	17.728

b) Movimentação do intangível

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2017
Custo	27.305	-	-	-	27.305
Software	27.305	-	-	-	27.305
Depreciação	(4.116)	(5.461)	-	-	(9.577)
(-) Software	(4.116)	(5.461)	-	-	(9.577)
Saldo líquido	23.189	(5.461)	-	-	17.728

13. CONTAS A PAGAR

A composição de contas a pagar está composta principalmente pelas faturas de luz, água, telefone e internet, assessoria jurídica, assessoria contábil e demais fornecedores de alimentos e itens de consumo que realizam vendas com vencimentos geralmente para trinta dias. O saldo de contas a pagar está composto pelo valor de R\$ 565.992 e R\$ 430.466 em dezembro de 2017 e 2016 respectivamente.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Compreende a composição das obrigações sociais e trabalhistas os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Sálarios a pagar	340.702	264.583
Encargos sociais	146.238	126.331
Provisão de férias e 13º salário	587.821	541.345
Total	1.074.761	932.259

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações tributárias os impostos, tributos e encargos retidos na fonte, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
ISS a recolher	557	195
PIS a recolher	6.431	5.789
COFINS a recolher	8.287	-
IRRF a recolher	16.398	17.306
PIS/COFINS/CSLL a recolher	6.267	6.125
Total	37.940	29.415

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Cheques a compensar	5.576	1.070
Pensão alimentícia a pagar	1.307	1.059
Cantina	7.540	6.709
Farmácia	12.046	8.152
Assistência odontológica	1.408	1.907
Total	27.877	18.897

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, em 31 de dezembro de 2017, baseado na 4ª alteração do estatuto que nos traz a informação de que o patrimônio pode ser aumentado por todos os títulos de aquisição ou posse, na forma da legislação civil, se encontra em um total de R\$ 2.050.754 e está composto conforme a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Superávit acumulado (i)	2.527.865	3.159.783
Jóia patrimonial	1.200	1.200
Ajuste de Exercícios Anteriores	5.330	1.761
Resultado do exercício (i)	(483.641)	(633.679)
Total	2.050.754	2.529.065

(i) Este valor refere-se ao acúmulo de superávit em que a associação vinha tendo bons resultados, porém após os reajustes em suas principais despesas e o baixo reajuste na tabela de repasse do SUS pelos serviços prestados pela Entidade, esta passou a apresentar déficit ao final de seus exercícios.

18. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	31.12.2017	31.12.2016
Doações	1.321.823	1.331.059
Doações governamentais	33.692	27.395
Doações não governamentais de pessoas jurídicas	34.402	7.569
Doações não governamentais de pessoas físicas	43.510	85.876
Incentivo 100% SUS	1.210.219	1.210.219
Contribuições	4.720	5.070
Contribuições associados	4.720	5.070
Venda de bens e serviços	11.345.373	10.677.139
Venda de serviços	11.338.617	10.672.939
Cursos	6.756	4.200
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.671.916	12.013.268

19. CUSTOS TOTAIS

Os custos de serviços prestados são referentes aos gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os funcionários que prestam serviços com vínculo empregatício a Entidade e demais despesas gerais que são essenciais para o pleno funcionamento do objeto da Entidade que é a prestação de serviços médicos, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal sem vínculo empregatício	1.852.634	1.808.595
Pessoal com vínculo empregatício	6.857.184	6.624.037
Refeitório	584.955	610.181
Energia elétrica	228.687	253.380
Material de higiene e limpeza	140.551	112.690
Manutenção e reparos nas instalações	228.476	174.120
Material de uso e consumo	151.159	116.466
Locação de imóvel	1.440.000	1.496.005
Medicamentos	278.196	302.776
Segurança	194.356	161.066
Gerais	267.302	293.688
Total	12.223.500	11.953.004

20. DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais são compostas pelas despesas com tributos em que a Entidade não está isenta e demais despesas gerais que estão envolvidas no funcionamento da Entidade porém não são essenciais a prestação do serviço. Estas duas classificações de despesas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas tributárias	2.388	5.441
Despesas gerais	1.029.283	915.268
Total	1.031.671	920.709

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais apresenta a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Outras Receitas	26.136	12.000
Outras receitas	14.136	-
Receita de aluguel	12.000	12.000
Outras Despesas:	(12.672)	(7.602)
(-) CO FINS sobre aluguel	(912)	-
Perdas de capital	(11.760)	(7.602)
Saldo Líquido	13.464	4.398

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas Financeiras	105.714	231.223
Rendimento de poupança	553	104
Fundos de investimentos	104.982	230.625
Descontos obtidos	179	494
Despesas Financeiras	(19.564)	(8.855)
Fundos de investimentos	-	(1.979)
(-) CO FINS s/ aplicação financeira	(6.219)	-
Juros	(42)	(850)
Juros/ Multa tributos em atraso	(1.160)	(57)
Despesas bancárias	(4.195)	(3.962)
IOF	(7.948)	(2.007)
Saldo Líquido	86.150	222.368



Hospital San Julian



MANTIDO PELA
ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN
AMIGOS E COLABORADORES